86
23/11/2026

APEOESP

81 ANOS EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE E DOS PROFESSORES

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à CNTE e CUT

CER INDICA ATO NA SEDUC PARA 4 DE DEZEMBRO

Convocação será confirmada pela Executiva da entidade

APEOESP manifesta-se contra ajuste que reduza programas e políticas sociais, pela redução imediata da taxa de juros, pela taxação dos super-ricos para assegurar investimentos

Estamos cobrando reunião com a SEDUC para tratarmos das regras de atribuição, avaliação de desempenho, Educação inclusiva e outras demandas da categoria

Secretaria de Comunicação

Em reunião realizada nesta segunda-feira, 23 de novembro, o Conselho Estadual de Representantes (CER) realizou debate sobre a conjuntura pós-eleições, ajuste fiscal (PLP 299/2026) e demandas da nossa categoria.

Mobilização popular precisa continuar

No debate sobre a conjuntura, foi ressaltada a importância da virada histórica do presidente Lula entre o primeiro e o segundo turno da eleição presidencial para o Brasil e para os segmentos progressistas em todo o mundo e a participação de professoras e professores da APEOESP na mobilização popular que assegurou a vitória. Ressaltou-se, também, que essa vitória foi além da derrota de Flávio Bolsonaro, pois foram derrotadas também as forças do chamado "mercado", as big techs e outras grandes corporações internacionais e o governo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

A nova composição do Congresso Nacional que saiu das urnas é ainda mais conservadora, o que evidencia a necessidade de que a mobilização popular se mantenha, para dar sustentação às políticas do governo em prol da classe trabalhadora e da maioria da população.

Convocar os comitês de luta

As subsedes devem convocar e reunir os comitês de luta, para articular as mobilizações da Educação (que são lutas sociais), com as demais ações da população, fortalecendo todo o movimento popular em busca de melhores condições de vida, serviços públicos acessíveis e adequados, valorização do funcionalismo e garantia de direitos da classe trabalhadora.

Os comitês de luta são uma das formas de concretização da horizontalidade aprovada no XXVIII Congresso Estadual da APEOESP "Pepe Mujica" e incorporada ao Estatuto da nossa entidade. Não é, portanto, um elemento externo, mas parte orgânica da APEOESP.

Não a cortes nas políticas sociais. Pela redução da taxa de juros e taxação dos super-ricos

Após exposição de técnicos do DIEESE, os conselheiros e conselheiras também abordaram o ajuste fiscal encaminhado pelo governo Lula ao

Congresso, já aprovado no Senado Federal e que deverá ser votado na Câmara dos Deputados nesta segunda-feira.

A posição da APEOESP, a partir do que foi exposto, é por uma ampla mobilização pela queda imediata da taxa de juros – que está na base do crescimento da dívida pública e das travas ao desenvolvimento -, assim como se posiciona de maneira firme contra qualquer ajuste que retire recursos das políticas e programas sociais.

Ao mesmo tempo, a APEOESP manifesta-se, mais uma vez, por uma política agressiva de taxação das grandes fortunas, rendimentos e patrimônios milionários, para que a arrecadação desses recursos viabilize a expansão de políticas sociais e programas de desenvolvimento.

Ato na SEDUC

Os(as) conselheiros(as) consideram também que a vitória de Tarcísio de Freitas no primeiro turno o fortalece para continuar atacando a Educação pública e os direitos da nossa categoria, da comunidade escolar e da maioria da população e que é preciso resistir. Desta forma, foram aprovada as seguintes medidas:

→ Realização de ato em frente à SEDUC na Praça da República no dia 4 de dezembro. A data e o horário serão confirmados pela Executiva da APEOESP, que fará a convocação.

→ Diretoria da APEOESP está cobrando da SEDUC nova reunião para tratar de atribuição de aulas, avaliação de desempenho, políticas de Educação inclusiva, entre outros pontos.

A APEOESP também se manifesta contras as tentativas de redução da maioridade penal que tramitam no Congresso Nacional, assim como repudia os ataques contra as comunidades dos povos indígenas, que já resultaram em mortos e feridos, invasões de territórios, ameaças e agressões. Exigimos das autoridades governamentais e da justiça que agilizem medidas de proteção aos indígenas e de punição aos agressores.